



INSPIRAÇÕES METODOLÓGICAS EM CONTEXTOS AMAZÔNICOS

Amanda M. P. Leite
Bruno Souza Leal
Liliam Deisy Ghizoni
Rosângela Araújo Darwich

ORGANIZAÇÃO





INSPIRAÇÕES METODOLÓGICAS EM CONTEXTOS AMAZÔNICOS

Amanda M. P. Leite
Bruno Souza Leal
Liliam Deisy Ghizoni
Rosângela Araújo Darwich

ORGANIZAÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Reitora: Sandra Regina Goulart Almeida
Vice-Reitor: Alessandro Fernandes Moreira

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Bruno Pinheiro Wanderley Reis
Vice-Diretora: Thais Porlan de Oliveira

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Coordenadora: Paula Guimarães Simões
Sub-Coordenador: Daniel Reis Silva

SELO EDITORIAL PPGCOM

Bruno Souza Leal
Juarez Guimarães Dias

CONSELHO CIENTÍFICO

Ana Carolina Escosteguy (PUC-RS)	Jorge Cardoso (UFRB UFBA)
Benjamim Picado (UFF)	Kati Caetano (UTP)
Cezar Migliorin (UFF)	Luis Mauro Sá Martino (Casper Líbero)
Elizabeth Duarte (UFSM)	Marcel Vieira (UFPB)
Eneus Trindade (USP)	Mariana Baltar (UFF)
Fátima Regis (UERJ)	Mônica Ferrari Nunes (ESPM)
Fernanda Duarte (NCSU/EUA)	Mozahir Salomão (PUC-MG)
Fernando Gonçalves (UERJ)	Nilda Jacks (UFRGS)
Frederico Tavares (UFOP)	Renato Pucci (UAM)
Iluska Coutinho (UFJF)	Rosana Soares (USP)
Itania Gomes (UFBA)	Rudimar Baldissera (UFRGS)

www.seloppgcom.fafich.ufmg.br

Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627, sala 4234, 4º andar
Pampulha, Belo Horizonte - MG. CEP: 31270-901
Telefone: (31) 3409-5072

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

159

Inspirações metodológicas em contextos amazônicos [livro eletrônico] / Organização Amanda Leite ... [et al.]. Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2022 – (Olhares Transversais; v. 1)

264 p.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-86963-60-1

1. Comunicação – Pesquisa – Brasil. I. Leite, Amanda. II. Leal, Bruno Souza. III. Ghizoni, Líliam. IV. Darwich, Rosângela.

CDD 300

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

CRÉDITOS DO E-BOOK

© PPGCOM/UFMG, 2022.

CAPA E PROJETO GRÁFICO
Atelier de Publicidade UFMG
Bruno Guimarães Martins

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO
Bruno Guimarães Martins
Daniel Melo Ribeiro

DIAGRAMAÇÃO
Gracila Vilaça

Esta obra foi selecionada pelo Conselho Editorial do Selo PPGCOM/UFMG após avaliação por pareceristas *ad hoc*.

O acesso e a leitura deste livro estão condicionados ao aceite dos termos de uso do Selo do PPGCOM/UFMG, disponíveis em:
<https://seloppgcom.fafich.ufmg.br/termos-de-uso/>

| Sumário

PREFÁCIO	
Amazônia Epistêmica	17
<i>André Demarchi</i>	
APRESENTAÇÃO	
Lampejos metodológicos	23
<i>Bruno Souza Leal, Amanda Leite, Liliam Ghizoni e Rosângela Darwich</i>	
CAPÍTULO 1	
Desafios metodológicos da investigação científica interdisciplinar na Amazônia: um estudo sobre a produção de pesquisas no PPGCLC/UNAMA	31
<i>Ivana C G Oliveira, Diego Duarte Borges e Luna Carvalho de Lucena</i>	

CAPÍTULO 2	
Pela adoção de visadas éticas e políticas em desafios metodológicos em perspectiva de gênero para análise de narrativas jornalísticas sobre feminicídios na Amazônia	49
<i>Cynthia Mara Miranda e Carlos Alberto de Carvalho</i>	
CAPÍTULO 3	
A pesquisa como deambulação: implicações epistêmicas e metodológicas	69
<i>Bruno Souza Leal, Poliana Sales e Daniel Macêdo</i>	
CAPÍTULO 4	
Comunic/a/rte: contribuições da Pesquisa Baseada em Arte para as pesquisas em Comunicação	87
<i>Amanda Maurício Pereira Leite e Anette Maria Rodrigues Silva Bento Oliveira</i>	
CAPÍTULO 5	
Caminhos para a compreensão da autorrepresentação de indígenas e criação de narrativas de acontecimentos, vulnerabilidades e resistências	113
<i>Thiago Almeida Barros e Edgar Monteiro Chagas Junior</i>	
CAPÍTULO 6	
“As originárias da Terra”: reflorestando cenas em torno do jornalismo?	133
<i>Elton Antunes e Yasmin Gatto</i>	
CAPÍTULO 7	
A vulnerabilidade da narrativa sobre a Amazônia: proposta metodológica de avaliação das configurações da desinformação	169
<i>Liana Vidigal Rocha e Máira Evangelista de Sousa</i>	

CAPÍTULO 8	
Amazônia e suas formas de desterritorialização em narrativas jornalísticas	191
<i>Phellipy Pereira Jácome e Bárbara Maria Lima Matias</i>	
CAPÍTULO 9	
Grupos vivenciais: método vivencial em pesquisas mediadas pela internet	211
<i>Rosângela Araújo Darwich</i>	
CAPÍTULO 10	
Narrativas de trabalhadores em sofrimento: desafios metodológicos	239
<i>Liliam Deisy Ghizoni e Thaís Moura Monteiro</i>	
Sobre as autoras e os autores	257

CAPÍTULO 8

Amazônia e suas formas de desterritorialização em narrativas jornalísticas

PELLIPY PEREIRA JÁCOME

BÁRBARA MARIA LIMA MATIAS

No segundo livro¹ resultante das discussões do projeto “Narrativa e acontecimento midiáticos: desafios metodológicos para apreensão das experiências locais amazônicas”, do Procad-Amazônia, Sousa, Abreu e Porto (2021) propõem um interessante exercício de explorar como o termo “Amazônia” surgiria em buscadores da internet e em agregadores de conteúdo vinculados à Google. Para os autores, importava saber como as informações seriam ranqueadas e de que maneira pesquisas prévias e singulares de cada indivíduo, no que diz respeito, por exemplo, aos sites mais acessados e aos assuntos de interesse específicos influenciariam nas notícias ofertadas pela plataforma. A partir dos resultados obtidos, os pesquisadores apontam que seria possível identificar uma “vulnerabilidade da narrativa jornalística”, na medida em que foram constatadas uma personalização e uma curadoria algorítmica, que quiçá, dificultariam um debate mais amplo sobre temas de interesse público, tendo em vista a constituição de “bolhas de filtro” vinculados a preferências individuais. O exercício proposto esteve circunscrito a uma dinâmica

1. JÁCOME, VIDIGAL, CHAGAS Jr., PORTO. *Narrativas Midiáticas, experiências e pesquisas amazônicas*. Selo PPGCom/UFMG: Belo Horizonte, 2021.

temporal delimitada e contemporânea, com dados coletados entre seis e dez de janeiro de 2021, para entender os impactos da plataformização do jornalismo e como a distribuição de informações e desinformações, num contexto de pouca transparência de empresas de mídia, acabam por criar uma certa corrosão para a confiança das notícias.

No entanto, para além das questões infraestruturais, de governança e de mercados que têm concentrado as discussões sobre as plataformas, nos chamou atenção também os conteúdos das matérias coletadas no exercício proposto. Na maioria delas, o tema de destaque é o desmatamento recorde na região e seus impactos econômicos e sociais. Nessas e em outras narrativas parece vigorar um certo olhar estrangeiro, como se a Amazônia representasse uma espécie de fronteira a ser preservada e/ou explorada, seja ela agrícola, ambiental ou até mesmo epistêmica. Note-se que, para exemplificar a amplitude do desmatamento, regiões do sudeste foram mobilizadas para metáforas como em “Amazônia e Pantanal perdem 3 estados do RJ em 2020 com queimadas e desmatamento”, da *Folha de S. Paulo*, ou “Área de cinco cidades de SP foram desmatadas na Amazônia em 2020, de acordo com Inpe”, do *Brasil de Fato*. Em outras, os impactos de desmatamento também são mostrados como externos à região: “Como o desmatamento na Amazônia levou Cantareira a nível pré-crise hídrica”, do *UOL*; e em “Madeira ilegal vinda da Amazônia é apreendida pelo Ibama em Sabará, na Grande BH”, do *G1* e “Madeira da Amazônia apreendida pelo Ibama é doada à Prefeitura de Sabará”, do *Estado de Minas*.

Nesse sentido, inspirados pelo exercício de Sousa, Abreu e Porto (2021) e buscando entender que a vulnerabilização da narrativa também pode estar atrelada a fatores históricos mais amplos, propomos, neste artigo, a investigar como o termo “Amazônia” surge em alguns outros momentos, como ao longo do século XIX (etapa de consolidação de um ideário nacional) e na primeira metade do século XX (fase importante do ciclo da borracha) na imprensa brasileira. Para isso, nos debruçamos sobre os arquivos da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, sempre utilizando o marcador “Amazônia”, com o objetivo de perceber maneiras de instituição narrativa, bem como delimitar ênfases dos modos de abordagem.

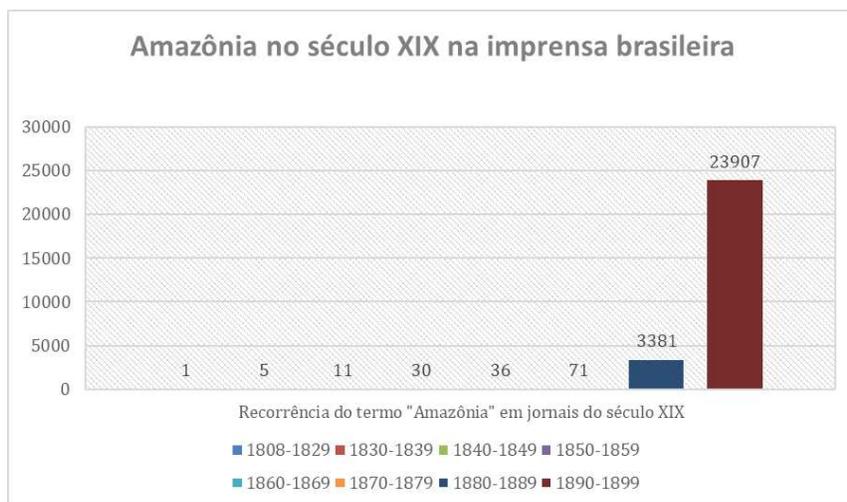


FIGURA 1: Amazônia no século XIX pela imprensa brasileira.

FONTE: Elaboração dos próprios autores a partir de buscas na Hemeroteca Nacional.

Como podemos perceber no gráfico acima, ainda que a região contasse com imprensa periódica desde 1822, ano de fundação d’*O Paraense* (SEIXAS, SANTA BRIGIDA, 2019), o termo Amazônia aparece muito raramente em todos jornais nacionais até 1880. O primeiro resultado é de 31 de janeiro de 1827, quando o *Diário do Rio De Janeiro* informava a partida da “Galera Hollandeza Amazonia” para Antuérpia. A próxima menção só seria feita mais de uma década depois, quando em 9 de agosto de 1838 esse mesmo jornal republicaria um estudo sobre “O Brasil”. Nele, para descrever os limites nacionais, afirma-se que a banda ocidental, composta por “Grão-Pará, Rio-Negro e Mato-Grosso” é ainda muito pouco ocupada, sendo, no entanto, maior que a parte europeia da Rússia. A continuação desse mesmo estudo seria republicada em 1839 pela *Chronica Maranhense* e pelo *Correio Mercantil*. Nesse texto, em que se defende a dificuldade em estabelecer qual a verdadeira população do Brasil, afirma-se que não haveria modo de recensear as “numerosas tribos que habitam ainda na Amazônia” (*grifos nossos*). O marcador temporal “ainda” é revelador do tipo de projeto que se tinha para a região e para as comunidades que ali habitavam. Na sequência do estudo, o ideal de progresso é trazido na crença de que sobre “os índios

que *ainda* vivem fora das branduras, e bom viver da civilização, cabe aqui dizer que são aptíssimos para virem entrar no grêmio da sociedade e que no meio da sua bruteza, dão sinais de algumas virtudes dignas de estimação”. Percebemos, sobretudo até 1880, que os jornais (a maioria deles publicados em outras regiões) apresentam uma formulação que reforça um imaginário pré-concebido e abstrato sobre a Amazônia, enfatizando um local e uma população que deveriam ser “explorados” e “descobertos”, num binarismo entre civilização x bruteza, sociedade moderna x povoação arcaica, metrópole x colônia.

Esse panorama viria a ser parcialmente modificado nas duas décadas finais do século XIX, com a expansão do número de jornais existentes na região amazônica e com o desenvolvimento econômico rápido e desigual trazido pelo ciclo da borracha. Podemos perceber no gráfico, como há uma verdadeira explosão de narrativas relacionadas à Amazônia, sejam elas jornalísticas ou publicitárias. No entanto, como afirma Vânia Costa (2008, p. 8) nos jornais brasileiros para tratar da Amazônia,

A metáfora metrópole /colônia persiste na impossibilidade de trazer ao mundo visível, midiático, as vozes representativas da região, como atores principais. São sempre coadjuvantes no processo que os torna fixos, estáveis, precisando serem investigados e necessitando até de conhecimento sobre si mesmo.

Nas primeiras décadas do século XX esse diagnóstico também se fazia presente. Para os limites desse artigo, gostaríamos de retomar um conjunto de reportagens da década de 1930 da revista *O Cruzeiro* e do jornal *Folha de S. Paulo*. Neste período entre o final de 1920 e início de 1930, “Fordlândia”, a cidade de Henry Ford, fundou-se nas beiradas do rio Tapajós, no Pará, na época abrigava em torno de 4.000 habitantes, entre operários e seus familiares. Para os jornais consultados, essa seria uma “nova civilização” ou “intenções civilizadoras de Henry Ford desbravando a selva amazonica”, reforçando o imaginário de uma Amazônia como *tabula rasa*.

Nessas construções jornalísticas, a região amazônica, como veremos, aparece ocupando um lugar da fronteira, e a fronteira como um local vazio, propício a ser “explorado”, além de ser vista sem historicidade, de

forma deslocada e inerte, o que, acreditamos, reforça e amplifica a tese de uma vulnerabilidade ou de formas de vulnerabilização trazidas pelas narrativas jornalísticas (JÁCOME,2020a).

A desterritorialização da Amazônia em narrativas jornalísticas

A narrativa é uma forma de estar na história e, entre os fragmentos existentes de um mundo, fornece sentido e promove a inteligibilidade. A partir de um gesto humano de conferir este entendimento para os fatos sociais já existentes, a narrativa parte de uma perspectiva transformada por um gesto textual que, no entanto, é reinterpretada conforme esteja em contato com outras realidades e pontos de vista. Seguindo a elaboração de Paul Ricoeur (1997) sobre o tempo e a narrativa configurados na tríplice mimese, Marialva Barbosa (2009, p. 19) afirma “produzimos narrativas da maneira como nos colocamos no mundo. Produzimos narrativas ao viver cotidianamente e ao produzir sempre reinterpretações”.

Se ocupar um espaço no mundo é também um gesto de produção de narrativas, presume-se que são diferentes experiências produzindo estas histórias, já que os cotidianos e temporalidades são singulares. O “ato narrativo”, esta ação de conferir inteligibilidade para a construção de uma trama, nos processos comunicacionais, acontece a todo momento, e em diferentes espaços (no encontro com vizinhos, na escrita, na etnografia, no jornalismo, na internet e fora dela). Entre seleções e enquadramentos, a trama narrativa provoca visualidades, mas também oculta, promove ausências. Assim como a memória e o esquecimento são indissociáveis, a narrativa convoca esta dualidade entre a visualidade e o apagamento. Como apontado em outro momento, é importante “perceber como distintos gestos de escrita da história podem iluminar aspectos de um direito ao tempo e de novas formas de vislumbrar, no presente, outras relações com passados e futuros” (JÁCOME, 2020, p. 92).

Neste artigo, observamos como algumas narrativas possuem a capacidade de “territorializar”, isto é, a partir de um ato narrativo (BARBOSA, 2009), que está atento para os entornos, para a temporalidade, inscrevendo nas superfícies as marcas de sua tessitura. E como podem “dester-

ritorializar”, através de formas abstratas e de um olhar colonizado para o mundo, a partir de uma certa racionalidade objetiva dominante, desconsiderando subjetividades e outras experiências de atos narrativos.

Para alguns autores da Antropologia e Geografia, principalmente, que se debruçam nos estudos sobre as dinâmicas metropolitanas, a contemporaneidade é a continuação de uma práxis do anestesiamiento provocado pela modernidade, nas relações com a alteridade e na produção de narrativas. Com o aumento da “máquina urbana”, as metrópoles vivenciam processos de valorização da imediatez, da composição de atos narrativos na pressa, o que é novo e “moderno”, em detrimento de outras formas temporais. A pesquisadora e arquiteta Paola Jacques Berenstein (2012, p. 14) afirma que nas cidades urbanas, “a forma mais recorrente e aceita hoje desse processo esterilizador faz parte do processo mais vasto de espetacularização das cidades e está diretamente relacionado com a pacificação dos espaços urbanos, em particular, dos espaços públicos”.

Esta pobreza de transmissão de narrativas, de comunicação e abertura à alteridade, para autores latinoamericanos, não se concentra apenas na modernidade do século XIX, mas envolvem permanências de estruturas opressivas desde a colonização, em 1492. Estes pesquisadores compreendem que a modernidade e a colonialidade se complementam, a colonialidade é, portanto, a força motriz da modernidade. A “colonialidade do poder e do saber”, conceito formulado, entre outros, pelo sociólogo peruano Anibal Quijano, é uma forma estrutural e moderna de poder através da categoria “raça” que circula entre os valores socioculturais na América Latina. Esta forma de controle perpetua as nossas relações no presente e o nosso cotidiano, por ser uma maneira que aprendemos a conhecer o mundo. Segundo o autor, com o projeto colonial na expansão da frota comercial atlântica e a chegada primeiramente dos ibéricos nas américas, as histórias, subjetividades, linguagens e memórias das agrupações humanas que ocupavam estes territórios tornaram-se passado, despojados de suas “identidades históricas”, desvalorizados a produzir “conhecimento” e “cultura” para a “humanidade”, dessa forma, “o padrão de poder baseado na colonialidade implicava também um padrão cognitivo, uma nova perspectiva de conhecimento dentro da

qual o não-europeu era o passado e desse modo inferior, sempre *primitivo*.” (QUIJANO, 2005, p. 127).

Como um padrão “cognitivo”, a colonialidade também se estende para as formas de se conhecer o mundo (MIGNOLO, 2000) e para o corpo e subjetividades do indivíduo, produzindo hierarquias entre as formas de “ser” europeia, que também é racializada, e o não-europeu. Nesta geografia do poder, autoras como a antropóloga argentina Rita Segato e Silvia Rivera Cusicanqui, socióloga boliviana, estudam como esta colonialidade é um processo que se perpetua nos Estados-nação latinoamericanos, definindo formas de controle para corpos e subjetividades dentro destes próprios territórios. A colonialidade do poder é projetada pelas “centralizações” de estados e cidades em detrimento de outras regiões do país, dentro das próprias metrópoles, entre a circulação pelos bairros. Não apenas em relação com o território, a colonialidade também induz violências de gênero e raça.

Dessa forma, a colonialidade submete e controla os corpos e as vidas, determinando por certos mecanismos quais pessoas são dignas de possuir estes acessos, de mobilidade, e até mesmo, de viver. Segundo Rita Segato, nestes estados latinoamericanos, a nação promove os seus “outros”, a partir do que é desviante de suas normas, “domesticando” e violentando o que é diferente de uma normatividade, aniquilando certas identidades históricas, principalmente pelo signo da “raça”,

A racialização, ou o que defino como formação de um capital racial positivo para o branco e um capital racial para o não-branco, é o que permite despejar este último do espaço hegemônico, do território apropriado onde habita o grupo que controla os recursos da nação [...] (SEGATO, 2007, p. 24)

Entre os valores sociais e culturais circulantes nos territórios de um Estado-nação, o jornalismo ocupa o local dos jogos e disputas simbólicas, variando as suas construções conforme as mudanças históricas e os contextos territoriais inseridos. O jornalismo é variável por uma série de atributos, de caráter específico das textualidades de um jornal, e entre os valores sociais, por isso, é um fenômeno complexo de ser estudado. Segundo Jácome (2017), o jornalismo e a narrativa muitas vezes

são tomados como veículos, sugerindo sistemas “fixos” e aglutinados, desprovendo sua historicidade e a sua mobilidade em um espaço-tempo, vistos apenas como um “artefato” que “replica” a realidade.

Essa concepção de jornalismo e de narrativa, entretanto, surge-nos como problemática e redutora, na medida em que não privilegia a historicidade das textualidades e seus aspectos culturais mais amplos, seus vínculos com a vida social e, em suma, a troca comunicacional inerente a quaisquer processos de produção de sentidos. Isso porque envolve aceitar uma realidade imobilizada, transmitida e decantada pelo texto, o que equivale dizer que tanto a voz que narra quanto o leitor/ouvinte/espectador seriam agentes exógenos aos processos de configuração e refiguração de mundos possíveis. (JÁCOME, 2017, p. 36-37).

Assim, como vimos na introdução deste artigo é possível perceber uma dificuldade de variadas experiências jornalísticas em lidar com outras formas históricas que não aquelas previstas num determinado projeto moderno e colonial. Ao construir argumentos desprovidos de historicidade, “desterritorializando” a Amazônia, apreendem-na como homogênea, vazia, e sem temporalidades em movimento.

Algumas construções jornalísticas sobre a Amazônia

A primeira matéria que gostaríamos de destacar é de 31 de dezembro de 1853, quando o *Diário do Rio de Janeiro* buscava definir o que seria o “Amazonas”, recém fundada província brasileira. Já no primeiro parágrafo, nos deparamos com a afirmação “[...]coherente com a civilização das luzes do século, não ha de jamais impedir que o seio abençoado da Amazonia fique desconhecido; e mais ainda que os Estados-Unidos hão de ter o direito de navegar no Amazonas, quando o Brasil o conceder [...]”. Percebemos a exaltação do jornal com o movimento iluminista, época em que a ascensão dos discursos científicos aparecem como separados da ideia de “emoção”, de “subjetividade”. A emoção é o lugar do que é fraco e não produtivo para o capitalismo, para o “poder”. Neste raciocínio, o não-europeu, e portanto, não-moderno, deve se ocupar da mitológica concepção de que a identidade europeia é um projeto “a ser alcançado”. Os Estados Unidos, mesmo com a sua independência,

aparecem como extensão desta “identidade europeia”, com a política do “Destino Manifesto” no século XIX, os EUA justificaram a sua expansão territorial por novas “fronteiras”, garantindo o acesso, principalmente do continente latinoamericano, a “democracia” e os “seus valores” políticos e de mercado. “Navegar no Amazonas”, portanto, nesta visão do jornal *Diário do Rio de Janeiro*, seria ter acesso à “civilização”, ao progresso e à modernidade.

Em outra passagem deste texto aparece o desejo de exploração dos “territórios desconhecidos, pelas águas do rio Amazonas”:

[...] a proporção que formos sulcando as águas amazonicas, e que o Rio de Janeiro se for aproximando desse interior em sertões invioláveis, abriremos uma nova era a essa existência social - aumentaremos em pouco tempo a nossa população - e milhões de recursos desconhecidos contribuirão a enriquecer-nos o nosso já tão rico paiz. A proporção que os vapores forem descobrindo nesse oceano interno - o Amazonas - os pequenos mundos de riquezas de toda a especie, que ahi jazem no estado selvagem, no cofre das florestas, iremos nós também dando civilização a povos que ainda se escondem do mundo, e para quem, com direito, ha o dever de esclarecer e proteger [...].

Este discurso, como podemos perceber, materializa e incentiva a execução do projeto colonial, bem como demonstra a persistência do colonialismo como matriz de poder. Em face dos “projetos desenvolvimentistas” e de uma “missão civilizadora”, ascendem propósitos de nacionalismos, principalmente no Terceiro Mundo (GROSGOUEL, 2009). Segundo o sociólogo Ramón Grosfoguel, “o nacionalismo apresenta soluções eurocêntricas para um problema global eurocêntrico, reproduz uma colonialidade interna de poder dentro de cada Estado-nação e reifica o Estado-nação enquanto lugar privilegiado de mudança social” (GROSGOUEL, 2009, p. 406). Estes projetos nacionalistas reproduzem a colonialidade ao tentar homogeneizar as identidades, desconsiderando opressões estruturais, e encobrimo temporalidades, histórias e rastros. No Brasil e em alguns países vizinhos, por exemplo, as contradições deste projeto emergem ao atribuir como símbolo do discurso sobre a nacionalidade brasileira a imagem dos indígenas, e

principalmente, de mulheres indígenas, e no entanto, são corpos violentados cotidianamente, expropriados de suas experiências e identidades.

Dessa forma, nesta reportagem do *Diário do Rio de Janeiro*, a Amazônia aparece por definições de “selvagem”, própria a ser “explorada”, tanto a floresta quanto os corpos indígenas, distante da civilização e dos centros urbanos, traduzido por esta comparação com a capital, Rio de Janeiro, o centro e lugar da modernidade. Há uma imagem “desterritorializada” e abstrata da Amazônia, tomada como homogênea, sem conflitos e dissensos internos, idealizada por uma imagem de fornecimento de matéria-prima para a construção do futuro e progresso para a nação brasileira.

Mais de setenta anos após esta reportagem, em 1930, os jornalistas da revista *O Cruzeiro* e do jornal *Folha da Manhã* publicavam textos sobre a construção da cidade “Fordlândia”, e a vinda de Henry Ford à Floresta Amazônica a procura de recursos e matéria-prima para a expansão da sua empresa automobilística. Nestes textos, a Amazônia também aparece de forma “desterritorializada”, e principalmente, prevalece a associação apenas à floresta e os “recursos naturais”. Segundo a geógrafa Cláudia Nascimento (2011, p. 238),

Fatores como a defesa da extensa fronteira nacional, a proteção de riquezas minerais, a conquista de mercados de difícil acesso e o redirecionamento de trabalhadores rurais sem terra de regiões densamente povoadas para as terras amazônicas estavam inseridos dentro do pacote de ações do governo. *O discurso oficial de integração nacional, ocupação de vazios demográficos e desenvolvimento faziam parte do plano ideológico de incorporação capitalista da Amazônia.* (grifo nosso)

Na época Belém e Manaus, cidades que se destacaram pelo ciclo e produção da borracha, praticamente desaparecem nos textos, sobrepostas pela cidade “criada” por Ford. Este projeto de integração nacional pelo governo da época está exposto na matéria “O homem dominador da natureza. Uma cidade que nasce na floresta. A Fordlandia”.

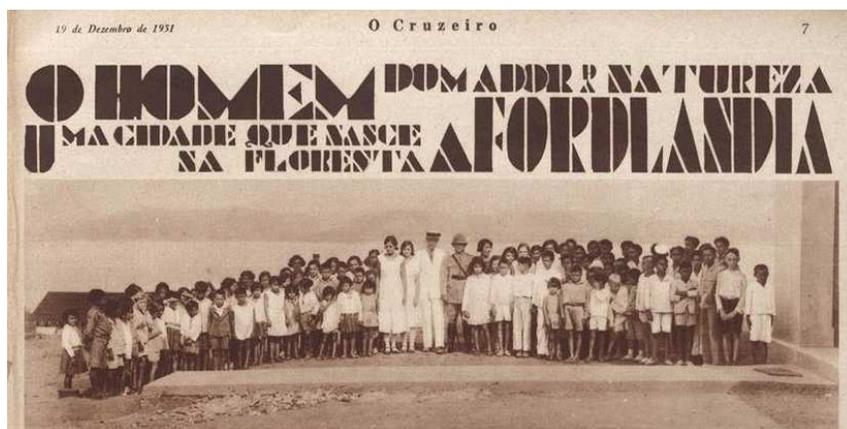


FIGURA 2: “O homem domador da natureza.
Uma cidade que nasce na floresta. A Fordlândia”.

FONTE: Hemeroteca Nacional - Revista O Cruzeiro, 13 de dezembro de 1931.

Alguns sintomas da desapropriação e “esvaziamento” da Amazônia são visíveis já de início no enunciado e na imagem da reportagem. A manchete afirma Ford como “domador da natureza”, sugerindo esta figura do homem que contém a natureza em suas mãos, e a “transforma” com os recursos e “riquezas” proporcionado pelas matérias-primas, “promove” a civilização. A imagem centralizada em um homem branco, com uma roupa luxuosa e ao seu lado, um soldado militar, cercados em sua maioria por crianças, sugerem este projeto idealizado de futuro sendo alcançado, com esta dominação pelo “homem branco”, e, portanto, associado a civilização, a modernidade, que as gerações futuras irão desfrutar.

Em outro momento da reportagem nos deparamos com a legenda “um aspecto do advento da civilização nas selvas amazônicas”, com a imagem de vários homens vestidos com roupas luxuosas em volta de um carro moderno, novamente, trazendo a concepção de “selvagem” para a Amazônia, associando o estado apenas a um tempo pós fundação da cidade Fordlândia. Estes textos reduzem não apenas a população amazonense em uma só identidade, como os caracterizam como “selvagens”, e desterritorializam e encobrem a heterogeneidade de culturas,

linguagens e identidades que compõem este território. A contradição aparente da reportagem está ao tomar a Floresta Amazônica por um lado positivo, “o futuro”, ao falar dos recursos naturais, um lugar “fonte de matéria-prima”, e um lado negativo, “o passado”, como um lugar inóspito, atrasado, vazio, o outro lado da fronteira, composto por “selvagens” sem civilização. Estas são binaridades que constroem e mobilizam a colonialidade e a modernidade entre a separação “civilização/selvagem”, “centro/periferia”, “homem branco/índio”.



FIGURA 3: “Um aspecto do advento da civilização nas selvas amazônicas”.

FONTE: Hemeroteca Nacional - Revista O Cruzeiro, 13 de dezembro de 1931.

Na edição de 15 de janeiro de 1938 da *Folha da Manhã*, a Amazônia é centralizada a partir dos projetos de exploração dos recursos da Floresta Amazônica, compondo as “reservas para o futuro”, persistindo nesta ideia do progresso traduzido pelo fornecimento de matérias-primas que edificam a proposta de expansão e ocupação de lugares ainda não conhecidos para a disputa do mercado no projeto capitalista. Se a colonialidade do poder engendra a idealização do progresso a ser alcançado, e a procura pela equivalência de uma “identidade europeia” e moderna, a Amazônia é vista apenas como uma “ferramenta” deste maquinário, como uma “saída” para a abertura da “modernização”.

Algumas considerações: o conceito-metáfora “fronteira” como perspectiva

Esse passeio panorâmico sobre como narrativas jornalísticas preservem a Amazônia permite entender gestos que reforçam a permanência de um lugar “distante”, na “fronteira”, e desterritorializado. Como afirma Vânia Costa (2008, p. 7), semelhante ao que a Europa produziu sobre a América “as representações sobre a Amazônia, projetadas nacionalmente e revisitadas frequentemente, reforçam inúmeras distorções sobre a intrincada rede de relações locais. É um conhecimento que permanece fixo.”

Dessa forma, nos apropriamos desta ideia de “fronteira”, a partir da escritora feminista Gloria Anzaldúa (1987), que desassocia a sua relação com a distância, o lugar desterritorializado e “inabitado”, para aprendê-la como uma alternativa, uma subversão tática e espaço de criação, de dissensos, encontros e desencontros de múltiplas temporalidades. Ao contrário do centro como perspectiva, articulamos a fronteira em cena.

Gloria Anzaldúa, escritora feminista, com a sua experiência de *chicana*, mexicana vivendo nos Estados Unidos, descreve a fronteira como um espaço que só existe pelas temporalidades em trânsito. O conceito-metáfora fronteira, ocupa em sua proposição o lugar da vida. Anzaldúa busca em seu trabalho quase etnográfico, definir o que é a fronteira, e mais, o que é “habitar” esta fronteira, através de sua própria experiência de vida entre dois territórios e duas culturas: vivendo nos Estados Unidos, e sendo mexicana. A língua chicana, por exemplo, é uma criatividade a partir da reinterpretação do espanhol, com a criação de novas palavras e expressões: “because we are a complex, heterogeneous people, we speak many languages” (ANZALDÚA, 1987, p. 55)

Sugerindo o “mestiço” como uma “identidade forte”, isto é, não homogêneo, mas espacializado, historicizado, composta por diferentes temporalidades herdadas de uma ancestralidade, com a proposta de “consciência de mestiza”, de “chicana”, Anzaldúa “habita” a fronteira como um gesto de urgência, e tentativa de não permitir que a sua cultura e a sua memória caiam no esquecimento. É um gesto de enfrentamento ao utilizar de forma criativa o conflito, a crise entre as tentativas colo-

niais que sobrepõe as experiências mexicanas, para fortalecer a sua própria existência e de sua história:

We are a synergy of two cultures with various degrees of Mexicaness or Angloness. I have so intemalized the borderland conflict that sometimes I feel like one cancels out the other and we are zero, nothing., no one. A veces no soy nada ni nadie. Pero basta cuando no lo soy, lo soy.

[...] when we know we are; more than nothing, we call ourselves Mexican, referring to race and ancestry. (ANZALDÚA, 1987, p. 63)

O território, enquanto marca e representação, lugar de apropriação das identidades, como afirma Rita Segato (2005), sugere não apenas um lugar de delimitações geográficas, mas movimento, podendo ser um corpo ou um grupo coletivo, no mundo atual “as pessoas carregam seu território nas próprias costas” (SEGATO, 2005, p. 8), assim, como ela argumenta: “[...] gradualmente, um povo pareceria não mais ser definido como o conjunto de habitantes de um território geograficamente delimitado, senão como um grupo que porta a heráldica de lealdade comum e, com isso, institui um território no espaço que ocupa” (SEGATO, 2005, p. 8). Esta premissa sobre o território nos auxilia a tomar a fronteira não como uma delimitação distante e geográfica, mas por este lugar de um “corpo território” móvel, carregado de memórias, dissensos e consciências (ANZALDÚA, 1987).

Percebemos neste artigo que em momentos históricos e temporais distintos, a Amazônia continua amplamente definida por preceitos como um território despossuído, caracterizado por florestas “desconhecidas” e por uma identidade homogênea. No entanto, algumas táticas que subvertem essa associação da Amazônia despossuída de heterogeneidade, de temporalidade e identidades estão presentes nas artes, na literatura, por manifestações artísticas nas ruas das cidades, e por algumas iniciativas jornalísticas produzidas por coletivos ativos de forma independente², por exemplo o portal Geledés³, Amazonas Atual⁴ e Amazônia

2. Nos apoiamos na definição de “jornalismo independente” como a forma de financiamento destes coletivos por doações de leitores, promoção de cursos, e a não ligação mercadológica com os “grandes grupos de mídia” e “conglomerados jornalísticos”.

3. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/>

4. Disponível em: <https://amazonasatual.com.br/>

Real⁵, no propósito de desmistificar certos imaginários construídos e mantidos pela colonialidade que circula e estrutura os valores socio-culturais do Brasil. Estes veículos contestam a concepção da Amazônia enquanto um lugar inóspito e propício a ser explorado, com certos reducionismos sobre a biodiversidade, a floresta e os povos indígenas, que de forma recorrente aparecem nas mídias, como apontamos anteriormente. Ao abordarem os diferentes povos, linguagens e saberes que circulam na Amazônia, descentralizam a “identidade fixa” construída pelo imaginário essencialista do que “é” o indígena e a Floresta Amazônica. No jornal *Amazônia Real*, por exemplo, os jornalistas nos lembram que ali existem povos e lideranças quilombolas, trabalhadores rurais, agricultores, fazendeiros e madeireiros, além das disputas de terras pelos conflitos agrários e os longos processos de regularização fundiária.

Estes jornalismo produzidos nessas “beiradas”, assumem a “fronteira” como perspectiva e lugar composto por diferentes temporalidades. Para além das demarcações geográficas que estimulam um distanciamento e binaridades entre o que é centro/periferia; centro/fronteira, estes jornalismo produzidos *nas* “beiradas” centralizam as suas perspectivas. A partir de uma concepção de fronteira enquanto limite de um corpo, portanto, um território móvel (ANZALDÚA, 1987), compreendemos que estes veículos assumem posicionamentos, se “localizam” em um espaço-tempo, contextualizando o que de fato está ao redor, atentos às temporalidades que ali circulam, comprometidos com um cotidiano “corporificado”, dotado de marcas, conflitos e encontros por identidades heterogêneas. Essa reflexão de narrativas territorializadas ou contra-narrativas (DEMARCHI, PAZ, 2021) são importantes para pensarmos formas de produção jornalística outras para além de projetos que homogeneizem suas funções e suas práticas.

5. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/financie-o-jornalismo-independente-da-amazonia-real/>

Referências

ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands : the new mestiza = La frontera*. San Francisco: Aunt. Lute, 1987.

ANZALDÚA, Gloria. La consciencia de la mestiza/ Rumo a uma nova consciência. In: *Estudos Feministas*. Florianópolis, 2005, p. 704-719.

BENJAMIN, W. Experiência e pobreza. In: *Obras escolhidas*. Volume I. Magia e Técnica, Arte e Política. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

COSTA, V. M. T. A Amazônia narrada: entre passado e presente quase nada mudou. In: *Anais do 6º ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO*, 2008, Niterói: RJ.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Souza, MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Aldemina, 2009.

DEMARCHI, André, PAZ, Adriana. “Estamos morrendo de covid-19, mas também de COVID-1500” Contranarrativas no portal Emergência Indígena In: JÁCOME, VIDIGAL, CHAGAS Jr., PORTO. *Narrativas Midiáticas, experiências e pesquisas amazônicas*. Selo PPGCom: Belo Horizonte, 2021

JÁCOME, P. Narrativas, direito ao tempo e vulnerabilidades. In: Miranda, Cynthia Mara; Sousa, Máira Evangelista de; Carvalho, Carlos Alberto de; Lage, Leandro Rodrigues. (Org.). *Vulnerabilidades, narrativas, identidades*. 1ed. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2020a

JÁCOME, P. *A constituição moderna do jornalismo no Brasil*. Curitiba: Appris, 2020b.

JÁCOME, VIDIGAL, CHAGAS Jr., PORTO. *Narrativas Midiáticas, experiências e pesquisas amazônicas*. Selo PPGCom: Belo Horizonte, 2021

JACQUES BERENSTEIN, Paola. *Elogio aos errantes*. Salvador: EDUFBA, 2012.

NASCIMENTO, Cláudia Pinheiro. O processo de urbanização da Amazônia e seus mecanismos. In: *Ateliê Geográfico*. Goiás: Goiânia, 2011.

QUIJANO, Aníbal. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

RIVERA CUSICANQUI, S. *Un mundo ch'xi es posible. Ensayos desde un presente en crisis*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2018

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs). *Epistemologias do Sul*. Coimbra, Almedina, 2009.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SEGATO, Rita L. *Em busca de um léxico para teorizar a experiência territorial contemporânea*. Brasília: Série Antropologia, 2005, p. 1-23.

SEGATO, Rita. *La Nación y sus Otros: raza, etnicidad y diversidad religiosa en tiempos de Políticas de la Identidad*. Buenos Aires, Prometeo Libros, 2007

SEIXAS, Netília Silva dos Anjos; SANTA BRIGIDA, Jessé Andrade. Zona de contatos da memória: impressos do século XIX, Pará, Brasil. *REVISTA LATINOAMERICANA DE CIENCIAS DE LA COMUNICACIÓN*, v. 18, p. 143-152, 2019

SOUSA, ABREU E PORTO. A vulnerabilidade da narrativa jornalística no contexto dos algoritmos. In: JÁCOME, VIDIGAL, CHAGAS Jr., PORTO. *Narrativas Midiáticas, experiências e pesquisas amazônicas*. Selo PPGCom: Belo Horizonte, 2021

Jornais, sites e revistas citados

Diário do Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1853. Disponível em: Hemeroteca Digital Brasileira

Folha da Manhã, 15 de janeiro de 1938. Disponível em: Hemeroteca Digital Brasileira

O Cruzeiro, 19 de dezembro de 1931. Disponível em: Hemeroteca Digital Brasileira.

G1: 03 de fevereiro de 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2022/02/03/novo-grupo-indigena-isolado-e-descoberto-no-am-e-organizacoes-cobram-acoes-da-funai.ghtml>>.